



**BOLETIM
INFORMATIVO**
**PROCURADORIA-GERAL DO
ESTADO DO PARÁ**

ESAP@PGE.PA.GOV.BR

(91) 3344 - 2771

R. dos Tamoios, 1671 - Batista Campos,
Belém/PA.

Nº 428 – NOVEMBRO DE 2023, 25º ANO

EDITORIAL

Olá!

Neste mês de novembro, a Escola Superior de Advocacia Pública (ESAP) da Procuradoria-Geral do Estado do Pará (PGE-PA) realizou eventos relevantes.

De 20 a 24 do mês ocorreu a oficina “Nova Lei de Licitações e Contratos - Aspectos Práticos”. O curso foi planejado a partir de demanda da Secretaria-Adjunta da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará (SEGUP), e foi direcionado aos servidores que atuam na área de licitação e contratos integrantes do Sistema de Segurança Pública e Defesa no Pará-SIEDS, constituído pela SEGUP, Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros Militar.

Em 14 de novembro aconteceu a palestra “O Sistema Multiportas na Fazenda Pública: a experiência de sucesso da PCAM/PGE-PA”, no auditório Edgar Olyntho Contente. O evento marcou o lançamento do livro de autoria do Procurador do Estado, Thiago Vasconcellos Jesus, e contou com a participação do Desembargador Luiz Gonzaga Neto e do Advogado Jorge Alex Athias, com mediação da Procuradora Ana Carolina Gluck Paul. Na apresentação foi desenvolvido o tema do sistema multiportas como instrumento de acesso à justiça e a aplicação de métodos autocompositivos pela Fazenda Pública, com enfoque na experiência bem sucedida da Procuradoria da Câmara de Negociação, Conciliação, Mediação e Arbitragem (PCAM).

Palestrante



**Thiago
Vasconcellos
Jesus**

Debatedores:
**Des. Leonardo Tavares (TJ/PA) e
Jorge Alex Athias (OAB/PA)**

Mediadora:
Ana Carolina Lobo Gluck Paul

*A palestra marca o lançamento do livro de autoria do Procurador do Estado do Pará, Thiago Vasconcellos Jesus, e haverá coquetel e sessão de autógrafos após o evento.

Minicurso “Tecnologia, acesso à informação e proteção de dados pessoais na Administração Pública”.



Ministrante
Prof. Dra. Bianca Kremer



Abertura
Prof. Dr. Rafael Rolo



Data: **28/11** | Horário: **09h às 12h**
Local: **Auditório da PGE** | Modalidade: **Híbrido**



Em 28 de novembro foi realizado o minicurso “Tecnologia, acesso à informação e proteção de dados pessoais na Administração Pública”. O evento foi ministrado pela Professora Doutora Bianca Kremer, com participação do Procurador do Estado Rafael Rolo, e tratou sobre a aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no âmbito da Administração Pública.

Destaque esse mês, em matéria de legislação federal, para a Lei nº 14.737, de 27 de novembro de 2023, que alterou a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para ampliar o direito da mulher de ter acompanhante nos atendimentos realizados em serviços de saúde públicos e privados.

Importante destacar também a edição do Decreto nº 11.786, de 20 de novembro de 2023, que instituiu a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola e o seu Comitê Gestor. Assim como da Lei nº 11.806, de 28 de novembro de 2023, que dispõe sobre a qualificação das Florestas Nacionais do Jamanxim e do Trairão, localizadas no Estado do Pará, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.



Na esfera estadual, foi promulgada a Lei nº 10.167/2023, que “Institui o Projeto Valoriza Territórios Sustentáveis (Valoriza TS), no âmbito do Programa de Atuação Integrada para Territórios Sustentáveis do Estado do Pará, e cria o Fundo de Subvenção do Projeto Valoriza Territórios Sustentáveis (Fundo - Valoriza TS)”.

Além disso, foi promulgada a Lei nº 10.165/2023 que “Cria a Secretaria de Estado de Articulação da Cidadania (SEAC), altera a Lei nº 8.096, de 1o de janeiro de 2015, que dispõe sobre a estrutura da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, altera a Lei nº 9.771, de 23 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a institucionalização da política pública Territórios pela Paz (TerPaz), no âmbito do Estado do Pará e revoga a Lei Estadual nº 9.045, de 29 de abril de 2020, que cria a Secretaria Estratégica de Articulação da Cidadania (SEAC).”

Cabe mencionar, ainda, o Decreto nº 3.513, de 22 de novembro de 2023, que estabelece as normas e os procedimentos a serem adotados pelos órgãos e entidades da Administração Pública estadual direta e indireta, para o encerramento anual da execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial do exercício financeiro de 2023.

No âmbito da PGE/PA, destaque para a Portaria nº 879/2023, que constituiu grupo de trabalho para desenvolver a revisão da Lei Estadual de Processo Administrativo. O grupo de trabalho é composto pelos procuradores Gustavo Tavares Monteiro, Bruno Henrique Alves Salomão, Enorê Correa Monteiro e Fabíola de Melo Siems.



No campo jurisprudencial, destaque para a publicação do acórdão na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5154, que buscava a declaração de inconstitucionalidade da Lei Complementar nº 39/2002, do Estado do Pará, que trata do regime previdenciário de servidores civis e militares. Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiram, por maioria dos votos, que a lei é constitucional e que não precisa edição

de lei específica para a aposentadoria de servidores militares.

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no julgamento do Recurso Especial (RE) 1818661/PE, decidiu que a apresentação espontânea do comprovante do preparo recursal, após a interposição da apelação e em valor insuficiente, não permite que seja declarada a deserção do recurso sem a prévia intimação da parte para sanar o erro.

Por fim, especial atenção para o julgamento do Recurso Extraordinário 922144, no qual o STF, por unanimidade, reputou a compatibilidade da garantia da justa e prévia indenização em dinheiro com o regime de precatórios e, por unanimidade, reconheceu a repercussão geral da questão.

A ESAP agradece ao Procurador do Estado Thiago Vasconcellos Jesus pela doação do livro “O Sistema Multiportas na Fazenda Pública”, que foi lançado em evento na PGE-PA. Foram recebidas, ainda, doações da [Revista Bonijuris](#), na sua edição de Out./Nov. 2023, ano 35, nº 684, do periódico do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, nas suas edições 318 e 319, a edição nº 87 da [Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro](#) e o informativo nº 39 da [Associação de Procuradores Estaduais de Minas Gerais \(APEMINAS\)](#).

Boa leitura!

SUMÁRIO

1 EDITORIAL	1
2 TEMAS	6
2.1 CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO	6
2.2 FINANCEIRO, ECONÔMICO E TRIBUTÁRIO	6
2.3 DIREITO FUNDIÁRIO, AMBIENTAL E URBANÍSTICO	7
2.4 CIVIL E PROCESSUAL CIVIL	7
2.5 TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIO	8
3 JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA	9
4 EMENTÁRIOS DE LEGISLAÇÃO	13
5 DESTAQUES JURÍDICOS ESAP 2023	14
6 ACERVO DIGITAL ESAP	15
7 BIBLIOTECAS DIGITAIS	16
8 CURSOS YOUTUBE	18
9 EVENTOS E CURSOS INTERNOS	18
10 EVENTOS E CURSOS EXTERNOS	19
11 SITES COM CURSOS ONLINE GRATUITOS	21

TEMAS

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

[O DIREITO AO ESQUECIMENTO COMO UM DIREITO FUNDAMENTAL IMPLÍCITO À LUZ DA DOUTRINA E JURISPRUDÊNCIA](#)

Carolina Lopes da Silva, Marcelo schenk Duque

[O DIREITO À PREVIDÊNCIA NA CIBERSOCIEDADE: UMA DISCUSSÃO À LUZ DO DIREITO CONSTITUCIONAL](#)

Denise Pires Fincato, Beatriz Lourenço Mendes

[POR UMA AUTORIDADE REGULADORA DE COMPRAS NACIONAL: FERRAMENTA NECESSÁRIA AO USO SUSTENTÁVEL DOS CONTRATOS PÚBLICOS](#)

Ednaldo Silva Ferreira Júnior

[VINCULAÇÃO DE RECEITAS PÚBLICAS COMO GARANTIAS CONTRATUAIS EM PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS: COMPATIBILIZAÇÃO E LIMITES JURÍDICOS](#)

Caiã Lopes Caramori

FINANCEIRO, ECONÔMICO E TRIBUTÁRIO

[NEUTRALIDADE TRIBUTÁRIA COMO NORMA ACIONÁVEL NO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE](#)

Thiago Buschinelli Sorrentino

[SANDBOX REGULATÓRIO: INSTRUMENTO EXPERIMENTALISTA À DISPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL COMO SUPORTE AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO](#)

Carina de Castro Quirino, Helena Gouvêa de Paula Hocayen, Marcella Brandão Flores da Cunha

[TAXAS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL \(TPA\): ENTRE A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E DOS CONTRIBUINTES](#)

Saulo André Fonseca de Almeida

[TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA NO CONTENCIOSO - ANÁLISE DAS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELA LEI Nº 14.689/2023](#)

Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Neto

DIREITO FUNDIÁRIO, AMBIENTAL E URBANÍSTICO

ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTES (APP) EM ÁREA URBANA: FUNÇÃO AMBIENTAL, RACIONAL E COMPETÊNCIA MUNICIPAL

Georges Louis Hage Humbert

COMPLIANCE AMBIENTAL: A POSSIBILIDADE DE MITIGAÇÃO DA TRÍPLICE RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

Ewerton Ricardo Messias, Geilson Nunes

O DESENVOLVIMENTO (IN)SUSTENTÁVEL O JULGAMENTO DA ADI Nº 6.148 PELO STF: DA EFICIÊNCIA ECONÔMICA AO EQUILÍBRIO AMBIENTAL NA FIXAÇÃO DE PADRÕES DE QUALIDADE DO AR

João Augusto Carneiro Araújo

REPERCUSSÕES TRIBUTÁRIAS E CONTÁBEIS NOS CONTRATOS DO MERCADO VOLUNTÁRIO DE CRÉDITO DE CARBONO

Tatiana Scaranello Carreira

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL

A DECISÃO INTERLOCUTÓRIA EM CAPÍTULOS E AS DIFERENTES OPÇÕES DE RECORRIBILIDADE: ENTRE AGRAVO DE INSTRUMENTO, APELAÇÃO OU INTERPOSIÇÃO CONJUNTA

Vinicius Silva Lemos

A FAZENDA PÚBLICA NA ARBITRAGEM: PECULIARIDADES E PROBLEMÁTICAS PROCESSUAIS

Sérgio Torres Teixeira, Alberto Jonathas Maia

A PROTEÇÃO DOS DIREITOS DE PERSONALIDADE PELO PODER PÚBLICO: UM ESTUDO SOBRE A RESPONSABILIDADE DO ESTADO NO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Rodrigo Róger Saldanha, José Sebastião de Oliveira

OS DESAFIOS DA VALORAÇÃO DA PROVA NO SISTEMA PROCESSUAL BRASILEIRO

Eduardo Cambi, Marcos Vinicius Tombini Munaro

TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIO

CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL E LIBERDADE DE FILIAÇÃO SINDICAL

Gustavo Filipe Barbosa Garcia

OS CASOS MARIANA E BRUMADINHO: ANÁLISE CRÍTICA DOS ASPECTOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS DOS GRANDES ACIDENTES DE TRABALHO

André Torres Pinheiro de Souza, Ana Cristina Alves de Paula, Daniel Damásio Borges

PLASTICIDADE DO CONSTITUCIONALISMO SOCIAL NA ÓPTICA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: STATUS CONSTITUCIONAL DA RELAÇÃO DE EMPREGO DE NÃO EXCLUSIVIDADE

Marcelo Braghini

PRINCÍPIOS DO COMPLIANCE E DA GOVERNANÇA PREVIDENCIÁRIA

Océlio de Jesús Carneiro de Moraes

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

“

Recurso Extraordinário 922144

Órgão Julgador: Supremo Tribunal Federal

Relator: Ministro Luís Roberto Barroso

STF

O Supremo Tribunal Federal (STF), por unanimidade, reputou a compatibilidade da garantia da justa e prévia indenização em dinheiro com o regime de precatórios e, por unanimidade, reconheceu a repercussão geral.

“ **Recurso Especial (RE) 1818661/PE**
Órgão Julgador: Superior Tribunal de Justiça
Relator: Ministro Marco Aurélio Bellizze

STJ

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), por unanimidade de votos, conheceu parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, deu-lhe provimento, julgando que a apresentação espontânea do comprovante do preparo recursal, após a interposição da apelação e em valor insuficiente, não permite que seja declarada a deserção do recurso sem a prévia intimação da parte para sanar o erro. O magistrado tem o dever de provocar a parte para a regularização do preparo, indicando, inclusive, qual o equívoco deverá ser sanado, em consonância com o princípio da cooperação (CPC, art. 6º), iniciativa processual que se tornou condição indispensável ao reconhecimento da deserção, sem a qual o escopo da lei, de possibilitar à parte a regularização do preparo recursal, não será atingido.



Acórdão 2076/2023 do TCU

Órgão Julgador: Tribunal de Contas da União

Relator: Ministro Jorge Oliveira

TCU

Os Ministros do Tribunal de Contas da União (TCU), reunidos em sessão plenária, acordaram, com fundamento nos arts. 250, inciso V, e 276, §§ 1º e 6º, do Regimento Interno/TCU; arts. 9º e 14 da Resolução-TCU 315/2020; na Súmula-TCU 263 e ante as razões expostas pelo Relator, em revogar a medida cautelar referendada pelo Acórdão 1.489/2023 – Plenário, autorizando o Hospital Geral do Rio de Janeiro (HGeRJ) a dar prosseguimento ao Pregão Eletrônico 69/2022, porém deixar obrigatório para os futuros editais, sob pena de responsabilização dos agentes envolvidos, a publicação de Estudo Técnico Preliminar no Anexo do chamamento público, entre outras providências.



Ação Direta de Inconstitucionalidade 5154/PA

Órgão Julgador: Supremo Tribunal Federal

Relator: Ministro Luiz Fux

STF

O Supremo Tribunal Federal (STF), por maioria de votos, manteve a validade da lei estadual, e decidiu não ser necessária lei específica para a aposentadoria de servidores militares. A inclusão em um mesmo diploma normativo de regra geral, comum a servidores civis e militares, não ofende a exigência constitucional de lei específica para tratar da inatividade dos militares.

EMENTÁRIOS DE LEGISLAÇÃO - MÊS DE NOVEMBRO

LEGISLAÇÃO NACIONAL - NOVEMBRO	<u>CLIQUE AQUI PARA ACESSAR A LISTAGEM</u>
LEGISLAÇÃO ESTADUAL - NOVEMBRO	<u>CLIQUE AQUI PARA ACESSAR A LISTAGEM</u>
LEGISLAÇÃO PGE/PA - NOVEMBRO	<u>CLIQUE AQUI PARA ACESSAR A LISTAGEM</u>
EMENTÁRIO DE PARECERES E MANIFESTAÇÕES – NOVEMBRO	<u>CLIQUE AQUI PARA ACESSAR A LISTAGEM</u>

ACERVO DIGITAL ESAP

 [LIVROS](#)

 [PERIÓDICOS](#)

 [ARTIGOS](#)

BIBLIOTECAS DIGITAIS

PLATAFORMA FÓRUM DE CONHECIMENTO

- Periódicos; Livros Eletrônicos



BIBLIOTECA DIGITAL PROVIEW

- Livros Eletrônicos



REVISTAS DOS TRIBUNAIS ONLINE

- Periódicos; Doutrinas; Jurisprudências



LEX EDITORA

- Periódicos; Legislações; Doutrinas



ZÊNITE

- Periódicos; Legislações; Doutrinas.



EVENTOS INTERNOS DISPONÍVEIS NO YOUTUBE - NOVEMBRO

EVENTO	MODALIDADE	DATA	LINK
O SISTEMA MULTIPORTAS NA FAZENDA PÚBLICA: A EXPERIÊNCIA DE SUCESSO DA PCAM/PGE-PA	HÍBRIDO	14/11/2023	CLIQUE AQUI PARA ACESSAR
MINICURSO “TECNOLOGIA, ACESSO À INFORMAÇÃO E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA”	HÍBRIDO	28/11/2023	CLIQUE AQUI PARA ACESSAR

EVENTOS E CURSOS INTERNOS

EVENTO	MODALIDADE	DATA	ORGANIZADOR
MEDITAÇÃO	PRESENCIAL	21 e 28/12/2023	ESAP
GESTÃO DE PROCESSOS - SAJ NA PRÁTICA	PRESENCIAL	13 e 14/12/2023	ESAP
TREINAMENTO SOBRE RECURSOS BÁSICOS DE INFORMÁTICA	PRESENCIAL	04 à 15/12/2023	ESAP
<u>TESAURO DA PGE - PA: ASPECTOS DA CONSTRUÇÃO TERMINOLÓGICA</u>	HÍBRIDO	23/01/2024	ESAP

NOÇÕES DE APOSENTADORIAS E PENSÕES NO REGIME PRÓPRIO	PRESENCIAL	29 E 30/01/2024	ESAP
---	------------	--------------------	------

EVENTOS E CURSOS EXTERNOS

EVENTO	MODO	DATA	ORGANIZADOR	LINK
45 QUESTÕES PARA A APLICAÇÃO SEGURA DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES	ONLINE	25,26, 29 a 30/01/2024	ZÊNITE	ACESSE AQUI
RESPONSABILIDADE / NULIDADE E EXTINÇÃO DOS CONTRATOS / SANÇÕES ADMINISTRATIVAS - DE ACORDO COM A LEI Nº 14.133/2021	ONLINE	19 A 22/02/24	ZÊNITE	ACESSE AQUI
DISPENSA, INEXIGIBILIDADE E A INSTRUÇÃO SEGURA DOS PROCESSOS DE ACORDO COM LEI Nº 14.133/2021 - BRASÍLIA/DF	PRESENCIAL	26 e 27/02/2024	ZÊNITE	ACESSE AQUI
COMO ELABORAR O ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E O TERMO DE REFERÊNCIA PARA COMPRAS E SERVIÇOS: DE ACORDO COM A NOVA LEI – LEI Nº 14.133/2021	ONLINE	22 e 23/02/2024; e 26 a 29/02/2024;	ZÊNITE	ACESSE AQUI
DESAFIOS PRÁTICOS PARA A APLICAÇÃO SEGURA DA LEI Nº 14.133/2021	ONLINE	05 A 08/03/2024	ZÊNITE	ACESSE AQUI
LICITAÇÃO E CONTRATOS COM AS DIRETRIZES DA NOVA LEI Nº14.133/2021	ONLINE	05 A 08/03/2024	FÓRUM	ACESSE AQUI

<p>ALTERAÇÕES E ADITIVOS AOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS – PARALELO ENTRE A LEI Nº 8.666/1993</p> <p>E A LEI Nº 14.133/2021 – ASPECTOS APLICADOS DAS ALTERAÇÕES DO OBJETO, PRORROGAÇÃO, REVISÃO, REAJUSTE E REPACTUAÇÃO</p>	ONLINE	11 A 15/03/2024	ZÊNITE	ACESSE AQUI
<p>IMPLEMENTAÇÃO E APLICAÇÃO PRÁTICA DA LEI Nº 14.133/2021: ORGANIZAÇÃO ESTRUTURAL, IMPACTOS DA REGULAMENTAÇÃO, SISTEMAS E PNCP</p>	ONLINE	02 A 05/04/2024	FÓRUM	ACESSE AQUI
<p>CREDENCIAMENTO NA LEI Nº 14.133/2021 E NA LEI Nº 13.303/2016 – CABIMENTO, PROCEDIMENTO E POLÊMICAS</p>	ONLINE	04 e 05/04/2024	ZÊNITE	ACESSE AQUI
<p>A PESQUISA E A ESTIMATIVA DE PREÇOS NO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA DE ACORDO COM A LEI Nº 14.133/2021, A IN Nº 65/2021 E O TCU</p>	ONLINE	15 e 16/04/2024	ZÊNITE	ACESSE AQUI
<p>MÉTODOS DE SOLUÇÃO ADEQUADA DE CONFLITOS E A LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM</p>	ONLINE	07 A 10/05/2024	FÓRUM	ACESSE AQUI
<p>PREGÃO ELETRÔNICO NA LEI Nº 14.133/2021: RITO PROCEDIMENTAL E OPERAÇÃO</p>	ONLINE	21 a 24/05/2024	FÓRUM	ACESSE AQUI

CONFORME A INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 73/2022				
XXI CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO CONSTITUCIONAL JURISDIÇÃO E PROCESSO CONSTITUCIONAL – EM HOMENAGEM A NELSON NERY JR - NATAL/RN	ONLINE	30 a 31/05/2024	Escola Brasileira de Estudos Constitucionais – EBEC	ACESSE AQUI
IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE COLETIVIZAÇÃO E UNIDADE DO DIREITO, EM HOMENAGEM AO PROFESSOR DR. DANIEL MITIDIERO	-	20 a 24/05/2024	PUCRS - Escola de Direito	ACESSE AQUI
XIX FÓRUM BRASILEIRO DE CONTRATAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA — FBCGP - BRASÍLIA/DF	PRESENCIAL	22 a 24/05/2024	Editora Fórum	ACESSE AQUI
XV SIMPÓSIO NACIONAL DE DIREITO CONSTITUCIONAL - CURITIBA/PR -	-	30 a 01/06/2024	ABDConst - ACADEMIA BRASILEIRA DE DIREITO CONSTITUCI ONAL	ACESSE AQUI
XII CONGRESSO INTERCONTINENTAL DE DIREITO CIVIL - COIMBRA, PORTUGAL	-	14 E 15/11/2024	PLATAFORM A JURIS	ACESSE AQUI

SITES COM CURSOS ONLINE GRATUITOS

- **ESCOLA VIRTUAL DO GOVERNO**
(<https://www.escolavirtual.gov.br/>)

- **ESCOLA NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR**
(<https://www.defesadoconsumidor.gov.br/escolanacional>)
- **CNJ (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA)**
(<https://www.cnj.jus.br/formacaoecapacitacao/cursos-abertos/>)
- **SENADO**
(<https://saberes.senado.leg.br/course/index.php?categoryid=134>)
- **FGV ONLINE**
(https://www5.fgv.br/fgvonline/Cursos/Gratuitos/?goback=.gde_1876153_member_208379733)
- **FUNDAÇÃO BRADESCO**
(<https://www.ev.org.br/cursos>)
- **ESAF – ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA**
(<https://antigomoodle27.ena.gov.br/course/index.php?categoryid=13>)

Para outros eventos e cursos acessar na rede a pasta virtual da ESAP

Expediente:

Responsáveis pelo Boletim: Gabriella Dinelly Rabelo Mareco, Alessandra Maria Mendonça de Oliveira, Carla Blanco Rendeiro e Tássio Guimarães Senger.

Apoio:

Ana Margarida Vianna, Luciano Júnior Silva da Silva, Ellen Cristina, Camily Ribeiro, Landara Serrão Mendes, Marcíria de Almeida, Matheus de Alcantara e Carlos Eduardo Ricarte.

Fechamento desta edição: 30/11/2023

